



Cartografias da resistência: conflitos e lutas pelo território em Portugal

Relatório do 2o Encontro do Projeto EJMapping

The poster has a dark, textured background with orange and white text. It includes the event title, date, time, location, and Zoom link. A QR code is in the bottom right corner.

2.º ENCONTRO EJMAPPING

Mapeamento Colaborativo de Conflitos Ambientais

ces.uc.pt

19 de junho de 2026, 10h30-13h (GMT+1)

ces.uc.pt/eventos/mapeamento-colaborativo

Evento em formato digital

Participação gratuita, com inscrição obrigatória

 <https://zoom.us/j/82926460727>
ID: 829 2646 0727 Senha: 183790

Evento em formato digital através da plataforma Zoom, limitado ao número de vagas disponíveis.

Evento no âmbito do projeto EJMapping, com a referência 2023.17429.ICDT, financiado por FEDER e Fundos Nacionais, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia.
DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.17429.ICDT>



Julho de 2026

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO “EJMapping - Contra-mapear conflitos de justiça ambiental na periferia europeia: o caso de Portugal”

| DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.17429.ICDT>.

operação nº 14812 / referência 2023.17429.ICDT / COMPETE2030-FEDER00931800

COMISSÃO EDITORIAL

Gustavo García-López (Coord), Ana Paula Lemes Souza, Eliane Rapchan, Joana Sousa, Jonas Van Vossole (equipa), Lúcia Fernandes (consultora)

CONTRIBUIÇÕES À PRODUÇÃO DO MANUSCRITO

Gustavo García-López (CES-UC), Ana Paula Lemes de Souza (FND-UFRJ), Eliane Rapchan (CES-UC), Joana Sousa (CES-UC), Jonas Van Vossole (CES-UC), Rogério Gomes (CES-UC), Kristen Connor (CES-UC), Guillermina Diaz (IANIGLA-CONICET), Ana Marta Costa (Associação Cívica Cidade da Participação)

PARTICIPAÇÃO NO EVENTO: Ana Silva (Movimento proTEJO), André Leal (Quercus-Coimbra), Claudia Duque (independente), Cristel Lopes (ICS ULisboa – Projeto Inovações Democráticas), Daniel Silva (ICS-ULisboa), Eunice Queiros (Palombar), Fernando Antunes Amaral (independente), Francisco Oliveira (Munda – Movimento para a Defesa do Mondego), Gonçalo José Carlota Albuquerque (Associação de Defesa do Património de Coruche), Graça Passos (Quercus – Castelo Branco), Guillermina Diaz (IANIGLA- CONICET), Ivan Barbeira (DCV-FCT-UCoimbra), Joana Rego (Almargem), Joana Torres (Quercus - Aveiro), João Costa (Linha Vermelha), João Martins (ADPCNS), Jose Cunha (AVE), Marcial Felgueiras (A ROCHA), Maria Canelhas (Fundação Mud Valley), Maria Teresa Rosendo Rito (Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso), Marta Marques (Reflorestar Portugal), Nicolas Blanc (Sciaena), Nidia Braz (Cívis), Pedro Marques (FEUC), Rui Cordeiro (Vertigem), Sara Correia (ZERO), Sérgio Moreira Flores (particular), e Susana Guimaraes (ReflorestarPt).

CARTAZ DO EVENTO

André Queda

APOIO À COMUNICAÇÃO

Pedro Dias da Silva

GESTORA DE CIÊNCIA

Camila Borges

Contacto: ejmapping@ces.uc.pt

ÍNDICE

Introdução.....	4
Apresentação dos Resultados Preliminares do Projeto.....	4
Discussão sobre os Resultados	5
Mapeamento Colaborativo em Grupos.....	6
Grupo 1: Histórias de Lutas já Mapeadas no Inquérito.....	7
Grupo 2: Mapeamento Colaborativo de Conflitos Potencialmente Novos.....	8
Plenário de Conclusões.....	11
Anexo 1. Apresentação dos Resultados	12

1. INTRODUÇÃO

Este relatório documenta o 2º Encontro do projeto *EJMapping*, realizado a 19 de junho de 2026, em formato online. O Encontro teve como objetivos a apresentação e discussão coletiva dos resultados preliminares do questionário nacional de conflitos ambientais, e a realização de um mapeamento colaborativo para a identificação de novos conflitos.

Reuniram-se 29 participantes (de 46 inicialmente inscritas), representando associações, movimentos cívicos e organizações não-governamentais de norte a sul do país, além da equipa do projeto EJMapping; 22 destas pessoas participavam pela primeira vez, face ao 1º Encontro de dezembro de 2025, evidenciando o alargamento da comunidade de pares em torno do projeto, mas também, uma oportunidade de voltar a engajar no projeto as pessoas desse 1o Encontro.

Este relatório tem como objetivos sistematizar os contributos, debates e testemunhos das pessoas participantes. Para tal, encontra-se organizado em três partes principais: a apresentação dos resultados do inquérito e a discussão coletiva em torno dos mesmos (Seção 2); o mapeamento colaborativo em grupos, que reúne tanto histórias de lutas já registadas no inquérito como a identificação de conflitos potencialmente novos, organizados por setor (Seção 3); e, por fim, a síntese das conclusões do plenário final e dos próximos passos do projeto (Seção 4), complementada, em anexo, pela apresentação utilizada no encontro (Anexo 1).

2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES

Gustavo Garcia Lopez deu a bem-vinda, apresentou os objetivos do evento e convidou as pessoas a se apresentarem no chat do Zoom. A seguir, apresentou os resultados preliminares do inquérito nacional de conflitos (ver a apresentação no Anexo 1, p. 12). O inquérito revelou uma grande diversidade geográfica e temática de conflitos ambientais em Portugal, com destaque para os conflitos ligados à chamada "transição energética" (mineração de lítio, mega centrais fotovoltaicas, data center) e à gestão da floresta e incêndios, a par de problemas crónicos de poluição hídrica. A percepção de injustiça é dominante — sobretudo por insuficiente participação pública e benefícios concentrados em grandes grupos externos — afetando especialmente agricultores e populações rurais em territórios já fragilizados. A comparação com a base de dados prévia do projeto PAeM (até 2018) revela tanto continuidades como ruturas: 18 conflitos históricos persistem ativos, mas a grande maioria dos conflitos identificados (88%) são novos (ou pelo menos não codificados anteriormente no PAeM), refletindo as transformações aceleradas do território português na última década. Muda também a forma de lutar — as redes sociais, os movimentos cívicos e as associações comunitárias locais tornaram-se os principais vetores de mobilização, em vez das ONGs nacionais que dominavam o período anterior. Apesar desta mobilização comunitária ativa e crescente, os resultados concretos ainda são limitados: apenas 1/3 dos conflitos registou alguma alteração, maioritariamente suspensões temporárias. Ainda assim, 3/4 dos respondentes mantém esperança numa solução justa, com a restauração ecológica e a cogestão comunitária a emergir como caminhos desejados.

3. DISCUSSÃO SOBRE OS RESULTADOS

Após a apresentação, abrimos para discussão, sugerindo várias perguntas como ponto de partida: O quê acham dos resultados? Qual a sua utilidade? Bate com as suas experiências? Surpreende alguma coisa? Há algo que falta? Aqui, oferecemos um resumo temático dos contributos:

- **A importância do mapeamento:** Várias pessoas comentaram que mapear os conflitos ambientais é essencial. Reforçou-se a importância do mapeamento de conflitos ambientais como ferramenta para se ter noção real do que está a acontecer no terreno — não apenas como registo histórico, mas como instrumento vivo de conhecimento da situação atual. Mais do que um exercício técnico, fazê-lo com rigor académico — com formação adequada — evita erros e garante continuidade ao trabalho, permitindo que o conhecimento produzido tenha seguimento no tempo, em vez de se perder.
- **Um dado que surpreendeu: 88,1% de conflitos novos:** Este número saltou à vista de várias participantes. O resultado revela uma mobilidade enorme no panorama dos conflitos ambientais — e um cenário bastante agressivo, com novas frentes a abrir constantemente. É um sinal de alerta sobre a velocidade com que o território está a ser disputado. Na fase de revisão deste relatório, uma participante referiu que são ainda mais conflitos os não mapeados, transmitidos a associações por moradores e movimentos cívicos que não sabem bem como agir. As questões dos direitos adquiridos em litoral algarvio é um exemplo vivo e em permanente conflito com a preservação da natureza e segurança de bens e pessoas. Contudo, outra das participantes acrescentou um caveat: embora a identificação de 88% de conflitos novos constitui um resultado muito relevante, seria importante avaliar em maior profundidade se estes conflitos representam fenómenos efetivamente novos ou se correspondem a novas expressões de dinâmicas históricas de disputa territorial, apropriação de recursos e desigualdades ambientais.
- **O que é, afinal, "conflito"?** Surgiu novamente (já tinha surgido no primeiro encontro em dezembro de 2025) esta questão conceptual incômoda mas necessária: Onde começa e onde acaba um conflito, se nem sempre há mobilização visível por detrás dele? Acostuma-se partir do princípio de que "conflito" implica mobilização popular e ação coletiva organizada, mas os próprios dados sobre ações no terreno desafiam essa ideia porque há casos onde não há ações organizadas. Explicamos que estamos a finalizar um escrito colaborativo da equipa do projeto sobre este tema, refletindo sobre a importância de mapear não só conflitos visíveis ou públicos, mas também os menos visíveis. Na revisão deste relatório, uma das participantes sublinhou que seria importante explicar os critérios operacionais utilizados para identificar, definir e monitorizar os conflitos ao longo do tempo. Para além do debate teórico, estes critérios são fundamentais para garantir a consistência metodológica da base de dados e a comparabilidade entre casos e períodos históricos. Também, refletiu que o debate em torno de conflitos menos visíveis levanta uma questão crucial: como é que as relações de poder, as desigualdades territoriais ou as limitações organizacionais afectam a capacidade de determinados grupos para divulgar os seus conflitos? A ausência de mobilização nem sempre equivale à ausência de protesto ou à percepção de injustiça.

- **Metodologia em discussão:** Foi levantada a questão de a quem são enviados os inquéritos, e se sugeriu que a metodologia do inquérito seja complementada com a identificação de conflitos através da cobertura nos meios de comunicação, o que permitiria realizar “análise de eventos de protesto”.
- **O conhecimento tem de voltar para quem mais sofre:** Outro ponto referido foi que é preciso garantir que o conhecimento produzido regresse às comunidades e aos grupos mais vulneráveis. As regiões do interior são as mais afetadas, mas as pessoas mais atingidas — idosos e agricultores — ficam frequentemente de fora dos processos de recolha e devolução de informação. É urgente um contacto direto com estas pessoas, em vez de depender só de inquéritos formais.
- **O desafio do “novo” na Beira Interior:** Ligado a isto, ficou a pergunta prática: como mapear conflitos que estão a nascer agora, num território como a Beira Interior, onde a dinâmica é particularmente rápida?
- **Representar sem estar lá: o caso de Covas de Barroso:** Uma representante da Unidos em Defesa de Covas de Barroso que vive na Figueira da Foz, fez presença para representar uma comunidade que não pode estar em todos os lados ao mesmo tempo — porque tem demasiadas frentes de luta para gerir. É um exemplo de solidariedade territorial: quem pode estar presente, está, por quem não pode.
- **As formas de lutar:** Na fase de revisão deste relatório, foi sublinhado que a mudança dos principais atores de mobilização merece uma reflexão adicional, considerando de que forma as redes sociais e os movimentos cívicos locais alteram as estratégias de ação coletiva, a produção de conhecimento e a capacidade de incidência política dos conflitos.
- **A importância do contexto político e económico:** Foi também referida a necessidade de explicitar de forma mais clara as relações entre os conflitos identificados e processos que operam em escalas supranacionais, como as políticas europeias de transição energética, os fluxos de investimento internacional ou a crescente procura global por minerais críticos. Esta perspetiva multiescalar ajudaria a compreender como decisões tomadas fora dos territórios locais influenciam a emergência dos conflitos.

4. MAPEAMENTO COLABORATIVO EM GRUPOS

Após a primeira sessão, separamos-nos em dois grupos: um das pessoas que já tinham preenchido o inquérito focado na partilha de histórias pessoais sobre os conflitos que documentaram no inquérito; outro de quem não tinha preenchido mas queria fazer coletivamente. Ao analisar os debates de ambos os grupos em conjunto, emerge um fio condutor comum: muitos dos conflitos identificados não se relacionam apenas com impactos ambientais específicos, mas antes com processos mais amplos de transformação territorial associados à transição energética, à intensificação da utilização dos recursos naturais, à expansão de grandes projetos de infraestruturas e à reconfiguração do uso do solo. Esta dimensão partilhada merece destaque, pois ajuda a compreender os conflitos como expressões de disputas sobre diferentes projetos territoriais e modelos de desenvolvimento.

Grupo 1: Histórias de lutas já mapeadas no inquérito

As pessoas participantes ofereceram testemunhos das suas vivências em várias lutas pela justiça ambiental. Aqui, as organizamos tematicamente:

- **Incêndios que moldam o ativismo:** Uma das pessoas participantes sublinhou que vários percursos de ativismo ecológico nasceram diretamente de incêndios vividos em primeira pessoa — casas que quase arderam, bibliotecas perdidas nas chamas, comunidades inteiras a reorganizarem-se depois do desastre. Há regiões onde os grandes fogos se repetem com uma periodicidade de cerca de seis em seis anos, e onde a resposta passa cada vez mais pela prevenção e não só pelo combate ao fogo já instalado. As soluções passam por mudar de paradigma. Como diz uma das pessoas participantes: *“a prevenção é mudar a paisagem.”*
- **Covas do Barroso - De quartzo a lítio, sem consulta pública:** Um dos casos mais detalhados é o de uma exploração mineira originalmente licenciada para quartzo e feldspato, que viu o seu propósito alterado por aditamento — desta vez para lítio, numa área de 548 hectares— sem que tivesse havido consulta pública. A contestação local cresceu ao longo dos anos —com petições e manifestações nacionais, e providências cautelares contra as serventias administrativas concedidas à empresa Savannah para prospecção— sustentada por uma posição clara: a terra é vista como património coletivo, não como recurso a explorar por interesses privados. Frases deste relato refletem algumas das injustiças vivenciadas: *“o Estado mudou o propósito da licença sem consulta pública”, “o bem não é coletivo pois a principal beneficiária é uma empresa privada”, “estudos independentes concluíram que as avaliações ambientais foram apressadas e superficiais”, “a Comissão Europeia declarou a mina do Barroso como projecto estratégico contra a avaliação de peritos”, “as comunidades não querem minas nem em terrenos particulares nem em comunitários (baldios) pelos impactos profundamente negativos no seu modo de vida agrosilvopastoril, nos recursos hídricos, biodiversidade, paisagens e saúde pública, o Barroso é património Agrícola da Humanidade a salvaguardar”.*
- **O rio Mondego entre discursos institucionais e vivência local:** Um caso ligado à proteção do rio Mondego ilustra uma discrepância recorrente entre o discurso técnico e institucional, que tende a minimizar impactos, e a experiência concreta de quem vive perto — odores, mal-estar, e até o funcionamento ilegal comprovado de uma fábrica antes de ser investigada. A frase que atravessa este e outros relatos resume bem o sentimento geral: a percepção de que *“interesses privados prevalecem sobre o interesse público”.*
- **Energias renováveis - necessárias, mas impostas?** A expansão de parques eólicos e solares trouxe à discussão um ponto central: ninguém nega a necessidade da transição energética, mas o conflito nasce sobretudo da forma como os projetos são impostos, sem real participação das populações na escolha da localização. Uma pessoa diz que os projetos são *“como uma imposição, sem alternativas ou processos de participação adequados”*, e acrescenta que *“se a instalação fosse num local apropriado, não haveria conflito.”* Um olhar mais crítico questiona ainda se o que está em curso é mesmo uma transição energética, ou antes uma expansão que perpetua o mesmo modelo de exploração, agora com fontes diferentes. Uma pessoa referiu: *“tudo o que está a acontecer não é uma transição energética mas sim uma expansão energética.”* Surgiu aqui a ideia de um colonialismo energético ou “colonialismo verde”: países do norte da

Europa a instalar projetos no sul, e dentro de Portugal, um “colonialismo interno” ou “intra-europeu” que repete as mesmas dinâmicas entre regiões: “*é uma abordagem colonialista dentro da Europa, países do norte estão a pôr projetos no sul da Europa.*”

- **A dessalinizadora em Algarve- decisões sem critério visível:** Outro exemplo de interesses pouco transparentes a prevalecer sobre o coletivo: a construção planejada de uma dessalinizadora “*em cima de um parque natural, uma praia de lazer, à conta de quê? Ninguém sabe*”. Sem que existam dados públicos sobre a sua viabilidade, necessidade ou valor estratégico: “*Não está em lado nenhum que isto é viável, nem necessário, nem estratégico.*”
- **Convergência - uma só voz contra a prepotência das megaempresas:** Atravessando todos os casos, emergiu um sentimento partilhado de estarem todos, de formas diferentes, a ser atingidos pela mesma lógica de poder económico: “*estamos a ser esmagados pela violência de que estamos a ser alvos.*” Daí a proposta concreta de organizar uma grande manifestação nacional em Lisboa “sobre a prepotência das megaempresas sob o território”, com um manifesto comum, para que cada movimento possa levar a sua luta específica a um palco coletivo, onde “*cada movimento possa trazer os seus problemas.*”

Grupo 2: Mapeamento colaborativo de conflitos potencialmente novos

Neste grupo, as pessoas listaram vários conflitos nos que estão envolvidos nas suas regiões. Aqui, organizamos-os por setor:

Projeto / Conflito	Localização	Descrição
Mineração e Extração		
Exploração mineira de caulinos	<i>Soure; Montemor-o-Velho</i>	Extração com forte impacto paisagístico e ambiental, gerando mobilização da população no norte de Soure e Montemor-o-Velho.
Mineração na Lagoa de Santo André	<i>Santiago do Cacém</i>	Ameaça extrativa numa reserva natural costeira sensível.
Expansão de pedreiras em Porto de Mós	<i>Porto de Mós</i>	Alteração dos planos de regime florestal para acomodar empresários da pedra, ameaçando o Parque Natural e destruindo património arqueológico.
Energias Renováveis		
Projeto Sophia	<i>Beira Baixa; Fundão</i>	Projeto de exploração/infraestruturas solares que enfrenta oposição pelos seus impactos no território.
Fábrica de Biocombustíveis BioAdvance	<i>Vila Verde, Figueira da Foz</i>	Impactos ambientais e odores na comunidade de Vila Verde (Figueira da Foz).

Projecto de Mega-Eólicas de Alcoutim (GALP)	<i>Alcoutim</i>	A Plataforma " Pela Sustentabilidade e Biodiversidade do Algarve e Alentejo" (PPSBAA) está neste conflito ambiental.
Data Centers e Indústria de Grande Escala		
Construção de Data Center	<i>Sines</i>	Projetos de hiperescala (frequentemente em Sines) que exigem consumo massivo de água e energia elétrica.
Barragens e Infraestruturas Hídricas		
Barragem de Ribeiradio-Ermida	<i>Rio Vouga; Couto de Esteves</i>	Impactos e gestão de caudais no Rio Vouga; receio de alterações climáticas locais (nevoeiro, humidade) e impactos na agricultura; submersão parcial do território no Lugar dos Amiais, Couto de Esteves.
Mini-hídricas no Rio Lordelo	<i>Couto de Esteves</i>	Perda do rio pela comunidade.
Barragem de Girabolhos	<i>Bacia do Mondego (Guarda/Viseu)</i>	Projeto hidroelétrico na bacia do Mondego (distritos de Guarda e Viseu).
Barragem de Santa Clara	<i>Odemira</i>	Conflitos no Alentejo (Odemira) devido à pressão hídrica intensa das estufas agrícolas sobre a albufeira.
Dessalinizadora do Algarve (Foz do Almargem)	<i>Foz do Almargem, Algarve</i>	Projeto imposto pelo governo para sustentar o turismo, fortemente contestado pelos impactos no ecossistema costeiro.
Barragem de Alportel	<i>São Brás de Alportel, Algarve</i>	Questões de gestão hídrica e impacto no leito da ribeira.
Poluição de Rios e Recursos Hídricos		
Poluição da Ribeira dos Milagres	<i>Bacia do Rio Lis, Leiria</i>	Histórico crónico de descargas ilegais (frequentemente pecuárias) que contaminam a bacia do Rio Lis.
Poluição do Rio Alvela	<i>Distrito de Leiria/Santarém</i>	Focos de contaminação hídrica e degradação do ecossistema.
Contaminação Hídrica ("Projeto Trato")	<i>Nacional (não especificado)</i>	Poluição de cursos de água associada a efluentes e projetos industriais em Portugal.
Agricultura Intensiva e Pesticidas		
Uso Ilegal de Glifosato	<i>Nacional</i>	Aplicação contínua e dissimulada deste herbicida (frequentemente proibido) em parques públicos de todo o país.

Indústria da Cortiça e Proteção do Montado (vertente sul)	<i>Sul de Portugal</i>	Ameaça à preservação do Montado (ecossistema de sobreiros) devido à expansão agressiva da agricultura superintensiva e à má gestão dos solos.
Fauna Selvagem e Biodiversidade		
Proliferação de Javalis	<i>Sever do Vouga; Serras de Aire e Candeeiros; nacional</i>	Animais em rápida proliferação, deslocados pela subida das águas dos rios e/ou alimentados artificialmente por caçadores, com grande impacto na agricultura de subsistência.
Ameaça a Espécies Protegidas (Seixal/Sesimbra)	<i>Seixal; Sesimbra</i>	Conflitos de uso do solo que colocam a biodiversidade local em risco.
Turismo de Luxo e Pressão Imobiliária		
Empreendimento Turístico na Mata de Sesimbra	<i>Sesimbra</i>	Plano de pormenor para a zona norte prevendo turismo e campos de golfe, impactando diretamente a Zona Especial de Conservação Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira.
Urbanização em Litoral Algarvio	<i>Lagos</i>	Betonização da Meia Praia, situação em curso comprovada por moradores
Urbanização em Litoral Algarvio	<i>Lagoa (Faro)</i>	Urbanização da praia da Albandeira liderado pelo movimento STOP UP12
Urbanização em Litoral Algarvio	<i>Foz do arade</i>	Construção em leito de cheia.
Ordenamento do Território		
Urbanização do Pinhal das Freiras (UOPG33)	<i>Seixal</i>	Plano para nova área urbana numa zona sensível no concelho do Seixal.
Implementação de Fundo Ambiental em Litoral Algarvio		O Movimento Salvar as Alagoas Brancas com Cidade da Participação, a Almargem, a Geota, a LPN e especialistas da UAAlg e CEF-UC conseguiram quase impor o Fundo Ambiental à CMLagoa, através do Ministério do Ambiente e o anterior ministro Duarte Cordeiro. Um processo muito moroso e ainda em fase de execução/renaturalização.

Aeroportos e Infraestruturas de Transporte		
Aeródromo da Figueira da Foz	<i>Figueira da Foz</i>	Projeto de pista com mais de 1500m avançado pela Câmara sem a exigida Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).
Novo Aeroporto de Lisboa	<i>Lisboa / Montijo</i>	Longo e conflituoso processo de decisão e construção, com severos impactos nos ecossistemas e populações.
Poluição do Ar		
Incineração de Animais (Coruche)	<i>Coruche</i>	Conflitos locais de saúde pública e qualidade do ar devido às emissões e odores destas unidades.
Indústria da Cortiça (vertente norte)	<i>Santa Maria da Feira; Silves</i>	Queixas recorrentes sobre poluição atmosférica, ruído e odores intensos gerados por unidades de processamento.
Gestão de Resíduos		
Lixeiras Ilegais em Áreas Protegidas	<i>Não especificado</i>	Abandono criminoso de entulhos, eletrodomésticos e resíduos de grande porte na natureza ("praga dos monos").
Erosão Costeira		
Erosão Costeira na Foz do Mondego	<i>Figueira da Foz (zona sul)</i>	Avanço do mar e perda de costa na zona sul da Figueira da Foz.

5. PLENÁRIO DE CONCLUSÕES

O evento concluiu com uma partilha das pessoas facilitadoras da síntese do que foi discutido nos grupos. Também, se identificaram próximos passos. O primeiro foi a preparação deste relatório, ao qual se convidou todas as pessoas participantes a ser coautoras. O segundo foi a continuação do preenchimento do relatório para alcançar o nosso objetivo de 200 respondentes, e o lançamento do mapa nacional de conflitos em setembro. Finalmente, se informou sobre a série de oficinas de formação metodológica em contra-mapeamentos que começarão em setembro, as quais também se convidou a todas a participar.

Anexo 1. Apresentação dos Resultados

2.º ENCONTRO EJMAPPING

Mapeamento Colaborativo de Conflitos Ambientais

ces.uc.pt

19 de junho de 2026, 10h30-13h (GMT+1)
ces.uc.pt/eventos/mapeamento-colaborativo
Evento em formato digital

Participação gratuita, com inscrição obrigatória

zoom <https://zoom.us/j/82926460727>
ID: 829 2646 0727 Senha: 183790

Evento em formato digital através da plataforma Zoom, limitado ao número de vagas disponíveis.

Evento no âmbito do projeto EJMAPPING, com a referência 2023.17439.ICDT, financiado por FEDER e Fundos Nacionais, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia.
DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.17439.ICDT>

Equipa de EJMAPPING: Gustavo García López, Jonas Van Vossole, Joana Vaz Sousa, Eliane Sebeika Rapchan, Ana Paula Lemes de Souza, e Rogério Gomes

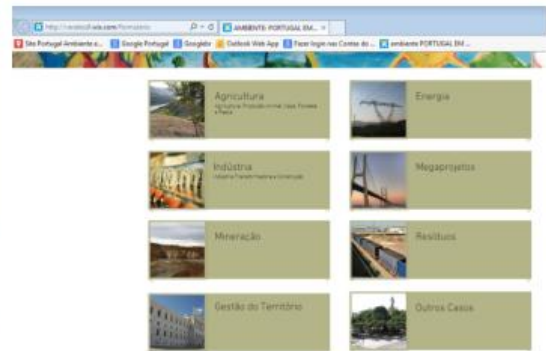
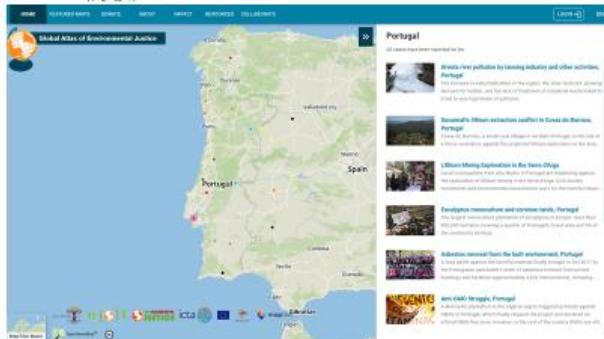
2º Encontro do projeto EJMAPPING

ces Universidade de Coimbra ECOSOC 2030 FCT e j mapping

Antecedentes – ECOSOC: *EJ Atlas* e *PAeM*



Grupo de trabalho para aprofundar análise, co-produção de conhecimento e ações sobre assuntos socioambientais www.ces.uc.pt/ecosoc



EJMapping - *Objetivo geral*

Produzir conhecimento e ferramentas que contribuam para documentar e enfrentar as injustiças ambientais, e promover caminhos para uma “sustentabilidade justa”



EJMapping – *Objetivos específicos*



Contribuir para uma conceptualização e compreensão alargadas da justiça ambiental (JA), ao diversificar e enriquecer as teorias, métodos e geografias dos estudos sobre JA;



Documentar os principais impactos e injustiças sociais, económicas e ambientais vivenciados pelas comunidades que enfrentam conflitos ambientais e os fatores que permitem às comunidades responder-lhes;



Analisar a evolução histórica dos conflitos ambientais em Portugal de acordo com a mudança dos contextos sócio-político-económicos, comparando o período de 'transição democrática' pós-ditadura, marcado pela emergência de políticas ambientais, com o período atual, marcado por uma democracia consolidada e pelas políticas do Pacto Ecológico Europeu;



Identificar as visões, estratégias de ação, alianças e resultados dos movimentos, e as suas implicações para as vias de transições justas (ou seja, para a justiça social e a sustentabilidade);



Identificar as respostas dos atores institucionais (autoridades locais, nacionais e europeias e empresas envolvidas), incluindo a documentação de repressões e outras violações legais e dos direitos humanos, assim como os casos em que os direitos das pessoas marginalizadas são defendidos e o desenvolvimento sustentável alcançado nesses conflitos;



Comparar e contrastar as narrativas dominantes dos atores que favorecem projetos e políticas em curso em contextos de conflitos de justiça ambiental, e as contra-narrativas dos que resistem a estes projetos e criam iniciativas alternativas, de maneira a compreender como diferentes atores definem justiça ambiental e desenvolvimento sustentável.

EJMapping – *Abordagens Metodológicas: IAP*

Investigação-Ação Participativa

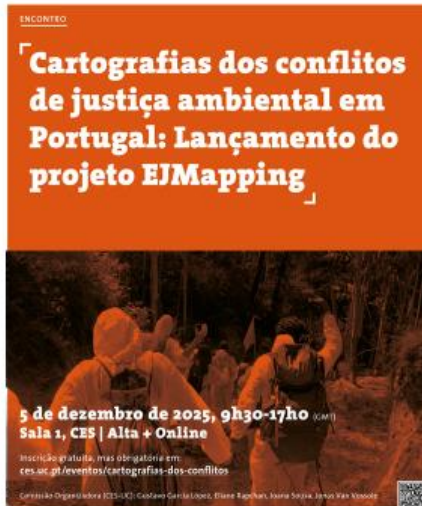
- Comunidades + movimentos + pesquisadores colaborando para identificar soluções transformadoras de justiça ambiental
- *Transdisciplinar* (conhecimentos múltiplos) + *Transgresora* (desafio ao poder) + *Transformadora* (catalizadora de mudanças)
- “uma *estratégia do dia a dia* que inclui a criação de espaços para a aprendizagem colaborativa e a conceção, execução e avaliação de ações libertadoras. (Greenwood, 2016: 97)
- Organização de encontros com movimentos para partilhar conhecimentos e definir estratégias em comum



Baseado em Fals Borda (1986/2010), Kemmis & McTaggart (2014)



EJMapping – Abordagens Metodológicas: IAP



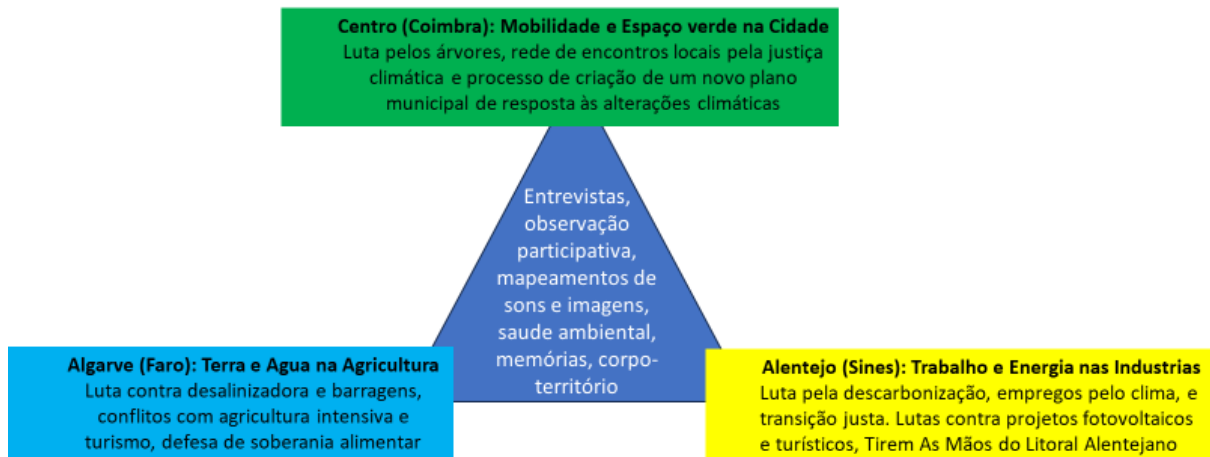
EJMapping – Abordagens Metodológicas

Contra-Cartografias

- Formas de conduzir pesquisas socioespaciais que procuram identificar, examinar e destabilizar produções violentas e desiguais do espaço.
- “Ir contra o mapa oficial” para ver “o mapa por detrás dos olhos”: Tornar visíveis experiências, conhecimentos e imaginários ausentes ou silenciadas na cartografia oficial, para destabilizar as relações de poder
- O mapa para “repensar, imaginar e propor alternativas à realidade vigente” (Font, 2018)
 - **Mapa nacional de conflitos ambientais: Inquérito nacional** de conflitos ambientais e criação de mapa nacional
 - **Contra-cartografias territoriais de corpo-território, de sons e imagens, e de saúde ambiental**, junto a trabalho etnográfico em 3 territórios



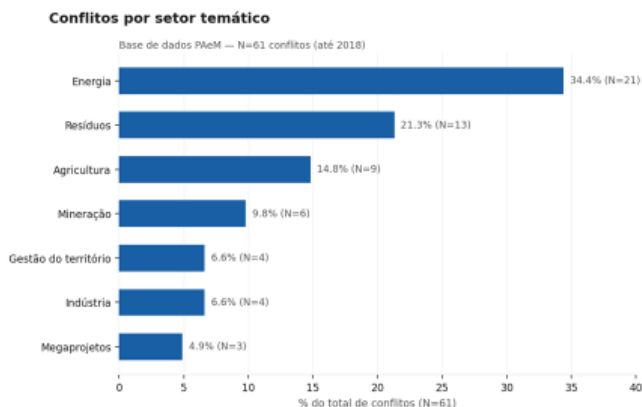
EJMapping - *Medodologias e Cronograma*



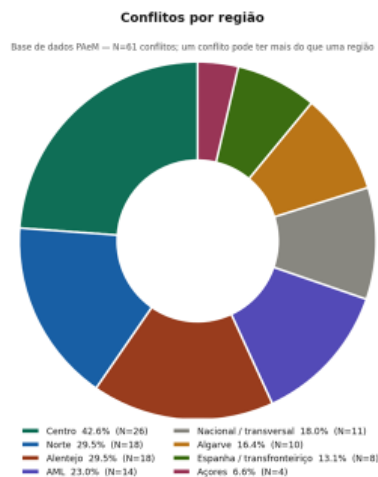
O evento de hoje

1. **Apresentações dos participantes (15 min)**
2. **Apresentação dos resultados (30 min)**
3. **Discussão sobre os resultados (30 min)**
4. **Mapeamento colaborativo em grupos (30 min)**
5. **Plenário de conclusões (30 min)**

Portugal Ambiente em Movimento



* Os setores com maior representação são *Energia* (esp. Hidrelétrica e minihídrica, Eólica, Linha de alta tensão, e Nuclear), e *Resíduos* (esp. Resíduos Industriais Perigosos e aterros e incineradoras)



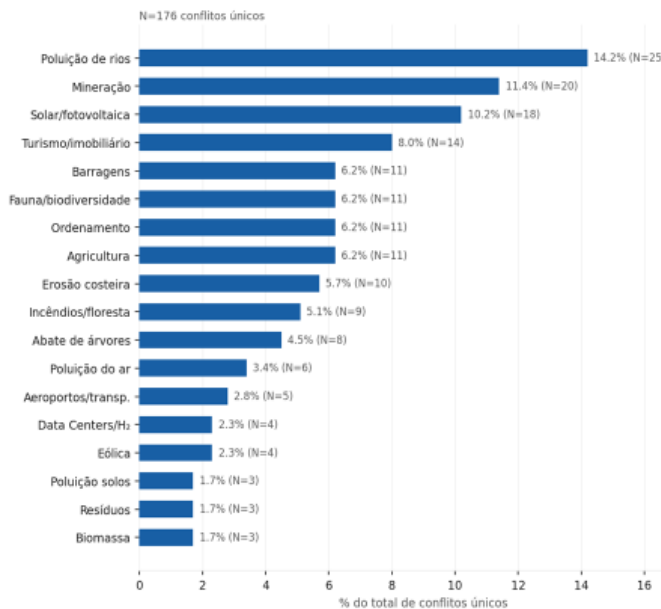
* Os conflitos têm distribuição geográfica por todo o território português, incluindo também conflitos transfronteiriços com Espanha e casos nas Regiões Autónomas.

Inquérito EJMapping

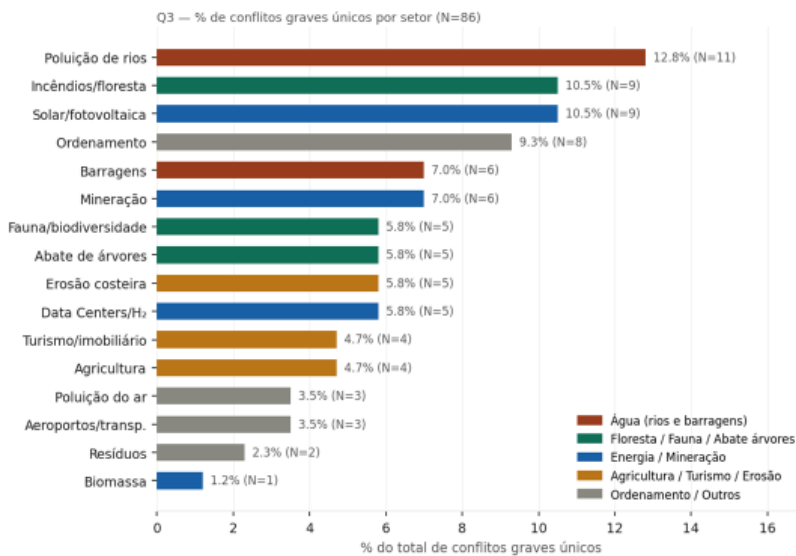
- **62 respostas** até 16 de junho
 - A grande maioria dos respondentes (**83,9%**) declarou ter proximidade nos conflitos mencionados
- **344 menções a conflitos ambientais**
- **176 conflitos únicos** e distintos, distribuídos por **18 categorias temáticas**
- **86 conflitos de maior gravidade**
- **91,7%** dos conflitos identificados como mais graves **ainda estão a decorrer**
- **88,1%** dos conflitos **são 'novos'** (não estão no PAeM)



Conflitos únicos por setor temático



Conflitos de maior gravidade por setor temático



Conflitos únicos por região

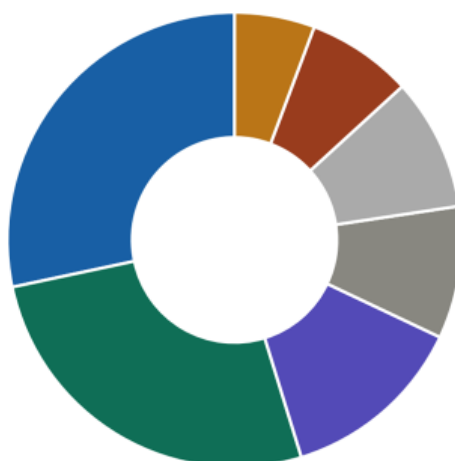
N=176 conflitos únicos



Nacional 18.2% (N=32) Alentejo 8.5% (N=15)
Centro 17.6% (N=31) Algarve 4.5% (N=8)
Norte 9.1% (N=16) Multi-região 0.6% (N=1)
AML 9.1% (N=16)

Conflito mais grave por região

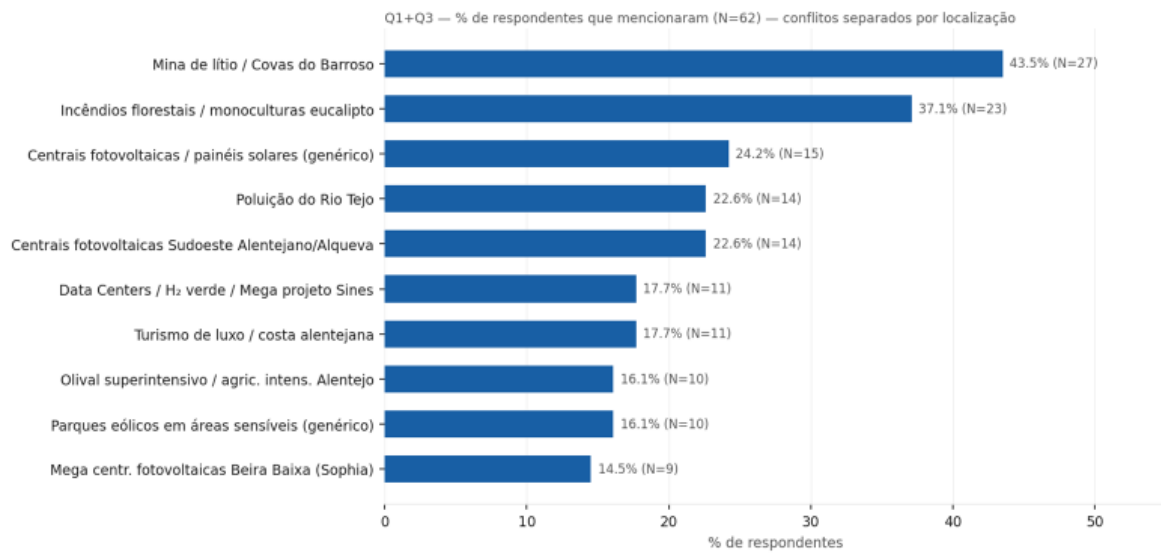
Q4 — % de respondentes (N=53 respostas válidas)



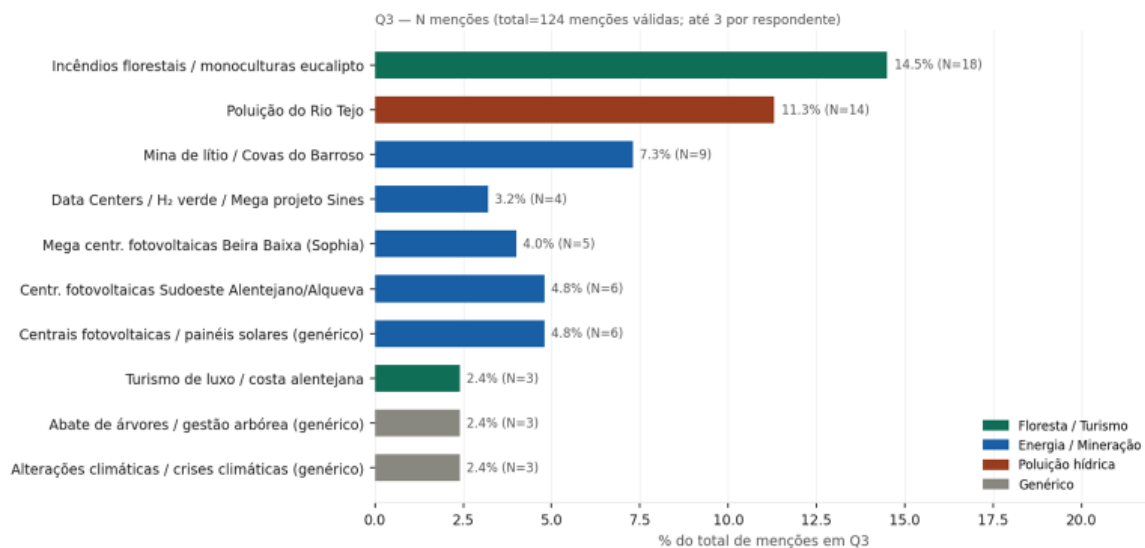
Norte 28.3% Nacional 9.4%
Centro 26.4% Alentejo 7.5%
AML 13.2% Algarve 5.7%
Não identificado 9.4%



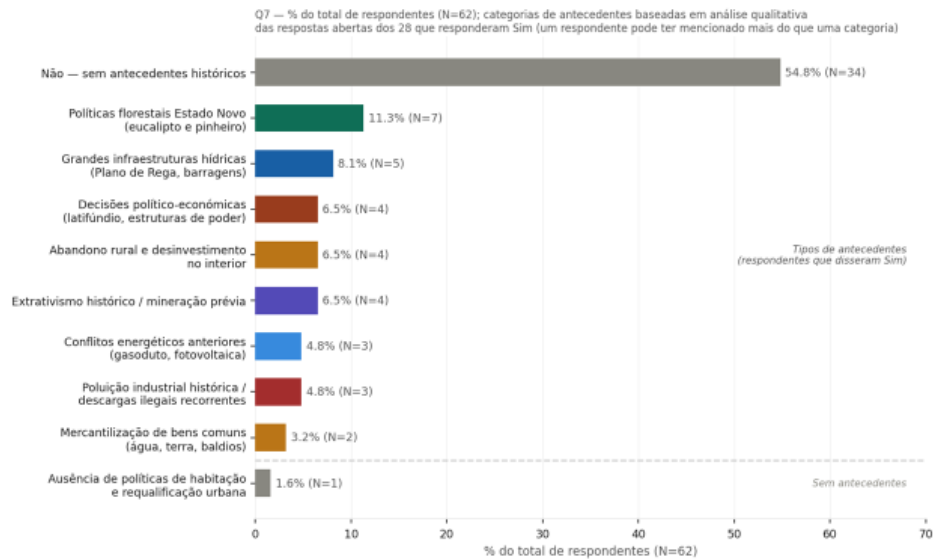
Conflitos individuais mais nomeados (top 10)



Top 10 conflitos mais mencionados como graves (Q3)



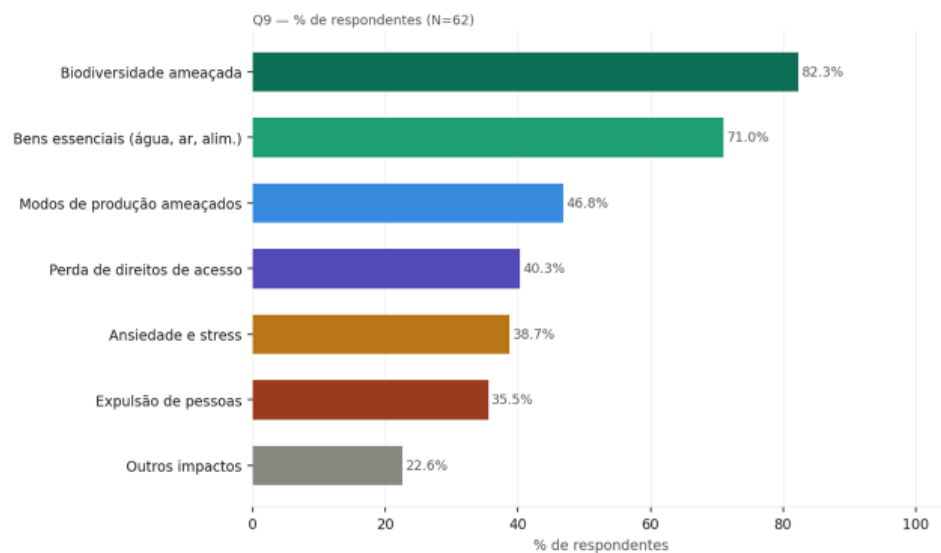
Antecedentes históricos dos conflitos de maior gravidade



*** 45,2% dos respondentes indicou que o conflito que elegeram como mais grave tem antecedentes históricos identificáveis**



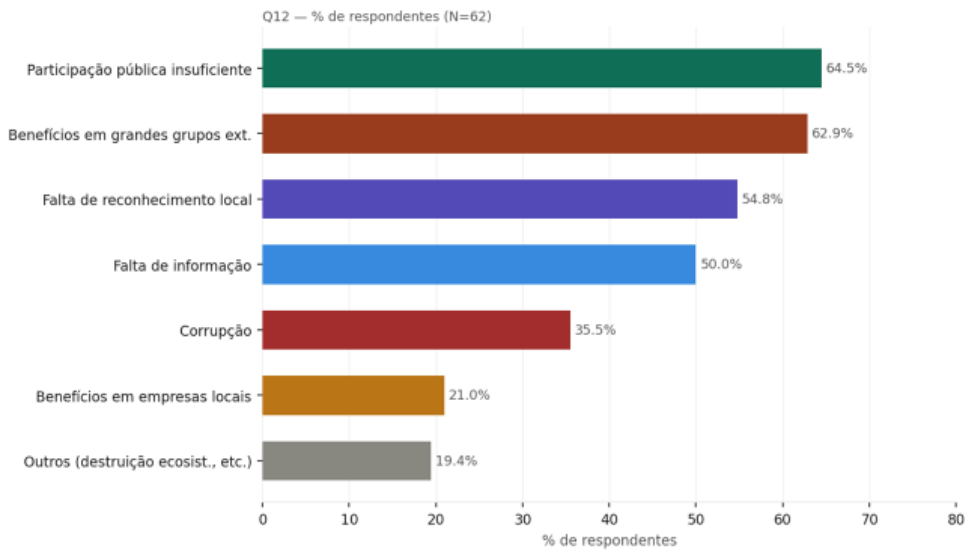
Principais razões de gravidade



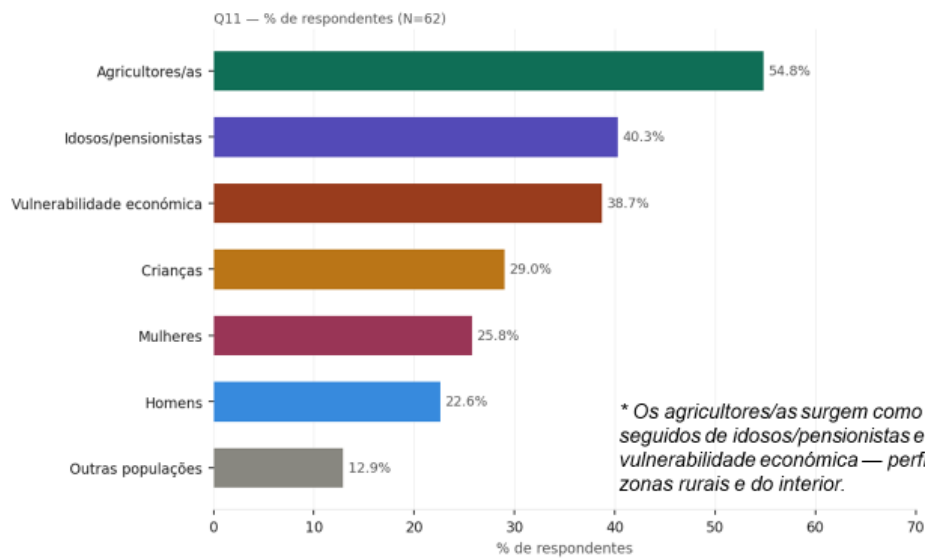
*** As razões principais apontam a crise ecológica junto com impactos socioeconómicos sobre modos de vida locais.**



Principais injustiças identificadas



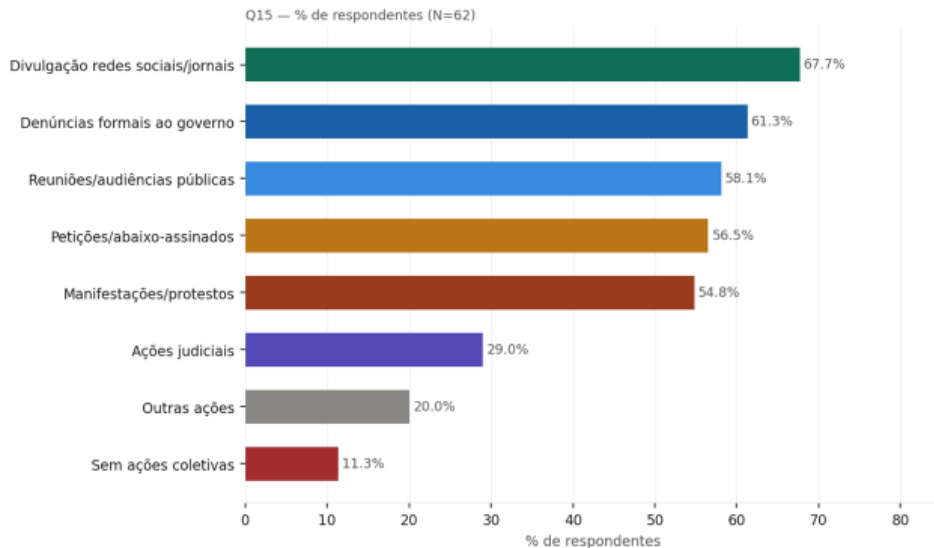
Populações mais vulneráveis



** Os agricultores/as surgem como a população mais afetada, seguidos de idosos/pensionistas e pessoas em situação de vulnerabilidade económica — perfil consistente com conflitos em zonas rurais e do interior.*



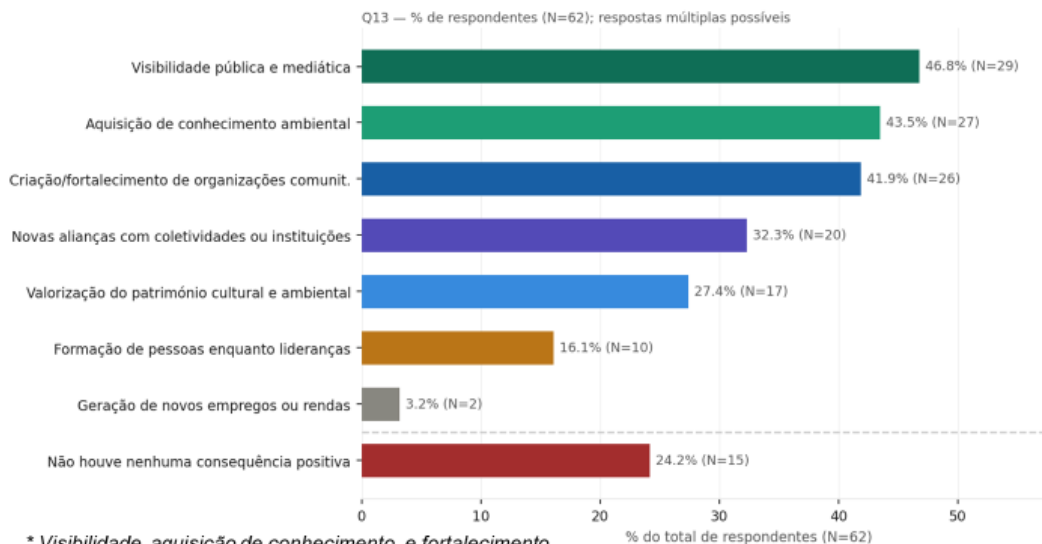
Principais ações coletivas



* Destacam Divulgação, Reivindicações/denúncias formais, Reuniões ou audiências públicas, Petições/ abaixo-assinados e Protestos



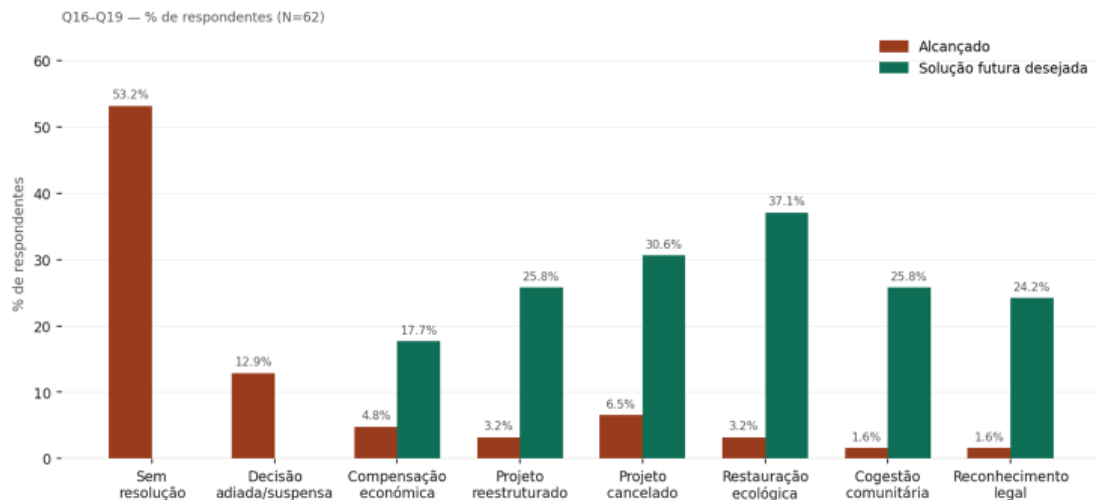
Consequências positivas dos conflitos ambientais



* Visibilidade, aquisição de conhecimento, e fortalecimento comunitário ressaltam como os principais efeitos positivos. ¼ dos respondentes considerou que o conflito não gerou consequências positivas



Soluções alcançadas e perspetivas futuras



* Só 35,5% dos respondentes reportou que houve alguma alteração ou solução parcial do conflito. A maioria das situações de 'resolução' corresponde a adiamentos ou suspensões temporárias.



Conclusões

1. Grande diversidade geográfica e temática

- Foram identificados 176 conflitos únicos em 18 categorias, com maior concentração na poluição de rios, mineração e extração e energias renováveis solares.
- Geograficamente, os conflitos distribuem-se por todo o território, com destaque para o âmbito nacional/transversal, o Centro e o Norte, seguido da AML.

2. Predomínio de conflitos ligados à 'transição energética' (renováveis, lítio, Data Centers) e à floresta/incêndios, a par de conflitos históricos de poluição hídrica e pressão agroindustrial

- A mina de lítio de Covas do Barroso mantém-se como o conflito mais saliente.

3. Perceção dominante de injustiça processual e distributiva:

- Participação pública insuficiente e benefícios concentrados em grandes grupos externos surgem como as injustiças mais reconhecidas.
- As respostas abertas acrescentam dimensões de impunidade institucional, falta de transparência e abuso do direito de propriedade.

4. Agricultores/as e populações rurais vulneráveis como as mais afetadas, em territórios frequentemente já fragilizados pelo despovoamento e desinvestimento.

5. Mobilização comunitária ativa e diversificada, sobretudo via visibilidade mediática, denúncias formais, audiências públicas e petições.

- Regista-se um aumento significativo das ações judiciais em relação à ronda anterior

6. Resultados concretos ainda limitados:

- Apenas 1/3 reporta alguma alteração, maioritariamente suspensões temporárias.
- Ainda assim, 3/4 mantém esperança numa solução justa, privilegiando a restauração ecológica, o cancelamento ou reestruturação de projetos, e a cogestão comunitária.



Conclusões: Comparativa com PAeM

O que persiste — conflitos crônicos não resolvidos

- 18 conflitos do PAeM (29,5%) continuam ativos no Inquérito EJMapping, confirmando a cronicidade de muitos problemas ambientais e as falhas estruturais da governança ambiental.
- Os mais persistentes: poluição do Rio Tejo e seus afluentes (Alviela, Lis, Rio Maior); passivos mineiros (Urgeirica, caulino); expansão das monoculturas (eucalipto, glifosato); pecuária intensiva e suinocultura; e grandes barragens (PNBEPH, Alqueva, Sabor).

O que é novo — os conflitos da "transição energética" e da urbanização dos territórios

- 155 conflitos do inquérito EJMapping são novos, com destaque para as mega centrais fotovoltaicas, a mineração de lítio, os Data Centers e hidrogénio verde, e os conflitos de turismo de luxo e imobiliário costeiro.
- A estes somam-se conflitos urbanos — abate de árvores, erosão costeira, gestão de biodiversidade — ausentes do PAeM.

O que desapareceu — conflitos resolvidos ou com menor visibilidade

- Os conflitos nucleares, as lutas contra a co-incineração industrial, os conflitos de linhas de alta tensão e as batalhas históricas contra aterros sanitários locais estão praticamente ausentes do inquérito de 2026. A dimensão transfronteiriça ibérica, muito presente no PAeM (8 conflitos), também desaparece.
- A ausência pode refletir resolução real, menor visibilidade perante novas ameaças, ou o perfil específico dos participantes no inquérito.

O que muda nas formas de mobilização e nas soluções

- A disseminação em redes sociais passa de marginal a dominante (16,4% no PAeM vs. 67,7% no EJMapping);
- As associações comunitárias locais passam a ser os atores predominantes (32,8% no PAeM vs. 62,9% no EJMapping), ultrapassando as grandes ONGs nacionais que eram dominantes no período PAeM (75,4% vs. 41,9% no EJMapping);
- As ações judiciais ganham peso (11,5% no PAeM vs. 29,0% no EJMapping);
- A restauração ecológica emerge como a solução futura mais desejada (37,1% em 2026 vs 1,6% no PAeM);
- O reconhecimento legal de direitos passa da solução mais efetivamente alcançada no PAeM (16,4%) a uma solução futura desejada mas raramente concretizada no inquérito EJMapping (24,2% de ambição futura, vs. 1,6% de concretização).⁴